

CONCURSO PÚBLICO PARA PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DA BAHIA - PROVA PREAMBULAR - 01

1 - Analise a veracidade das seguintes frases:

- I - O postulado da reserva de plenário, para ter validade, depende de previsão no regime interno do Tribunal.
- II - Nenhum órgão fracionário de qualquer Tribunal dispõe de competência para declarar a inconstitucionalidade de leis ou atos emanados do Poder Público.
- III - O postulado da reserva de plenário atua como pressuposto de validade e de eficácia jurídicas da declaração jurisdicional de inconstitucionalidade dos atos do Poder Público.

Assinale a(s) frase(s) correta(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

2 - A quem compete, no Estado da Bahia, julgar ação judicial contra ato disciplinar que tenha excluído policial militar da Corporação, a bem do serviço público?

- a) Ao Conselho de Justiça.
- b) Ao Tribunal de Justiça Militar.
- c) Ao juiz de direito da Vara de Auditoria Militar.
- d) Ao juiz de direito de Vara da Fazenda Pública.
- e) Ao juiz federal da Vara Federal competente.

3 - Analise a veracidade das seguintes frases:

- I - O Ministério Público possui legitimidade para ajuizamento de ação civil pública, quando houver relação de consumo.
- II - O Ministério Público possui legitimidade para ajuizamento de ação civil pública que verse sobre tributos.
- III - O Ministério Público não possui legitimidade para ajuizamento de ação civil pública destinada a requerer intervenção compulsória, de pessoa vítima de alcoolismo, para tratamento de saúde.

Assinale a(s) frase(s) correta(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) Todas.

4 - Adote como premissa verdadeira que um Estado-membro, através de lei estadual, incentiva a doação de sangue, mediante instituição de 1/2 (meia) entrada para doadores regulares, em locais públicos de cultura, esporte e lazer, mantidos por entidades e órgãos das administrações direta e indireta.

Sobre esta afirmação, marque a resposta correta:

- a) A norma é inconstitucional porque os Estados-membros não podem legislar sobre comercialização de sangue.
- b) A norma é constitucional porque não estimula a comercialização de sangue.
- c) A norma é constitucional porque o Estado-membro possui competência comum com a União, para legislar sobre saúde.
- d) A norma é inconstitucional porque é privativa da União a competência para legislar sobre comercialização de sangue.
- e) A norma é inconstitucional porque estimula a comercialização de sangue.

5 - No dia da eleição poderá fazer transporte de eleitores o veículo, ou embarcação:

- I – Coletivos fretados para este fim pelos partidos políticos.
- II – Pertencentes à União, Estados, Municípios e suas autarquias e sociedades de economia mista, mesmo sem credenciamento da Justiça Eleitoral, já que são públicos.
- III – De uso individual do proprietário, para o exercício do próprio voto e dos membros de sua família, desde que devidamente credenciado pela Justiça Eleitoral.

Assinale a(s) frase(s) correta(s):

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) Nenhuma delas.

6 - O orçamento anual do Ministério Público do Estado da Bahia:

- a) Será aprovado por lei de iniciativa do Conselho Superior do Ministério Público.
- b) Será aprovado por lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça.
- c) Será aprovado por lei de iniciativa do Governador do Estado.
- d) Não depende de lei específica, porque a proposta orçamentária será elaborada dentro dos limites da Lei de Diretrizes orçamentárias.
- e) Será aprovado por ato de Conselho Superior do Ministério Público.

7 - Quanto à intervenção federal:

- a) A União não tem legitimidade para intervir em Município situado em Estado-membro.
- b) A União não tem legitimidade para intervir em Estado-membro.
- c) A União possui legitimidade para intervir em qualquer Município.
- d) Para intervir em um Município, a União tem que intervir no Estado-membro.
- e) Para intervir em um Município, a União depende de prévia autorização do Supremo Tribunal Federal.

8 - A ação de impugnação de mandato eletivo:

- a) Não pode ser ajuizada pelo Ministério Público, por falta de previsão legal.
- b) Depende de prova pré-constituída.
- c) Pode ser ajuizada antes ou depois da eleição.
- d) Não pode ser ajuizada por conduta vedada aos agentes públicos.
- e) Segue o rito ordinário do CPC, por falta de previsão constitucional.

9 - Aponte as afirmativas corretas:

- I - A União pode desapropriar bens dos Estados-membros, mas estes não podem desapropriar bens da União.
 - II - O princípio da iniciativa reservada ao Chefe do Poder Executivo para iniciar o processo legislativo não impede que a Constituição do Estado traga norma ou seja revisada por norma que crie vantagem pecuniária para os servidores públicos.
- a) I.
 - b) II.
 - c) III.
 - d) II e III.
 - e) I, II e III.

10 - O Tribunal de Contas do Estado da Bahia:

- a) Integra o Poder Judiciário estadual.
- b) Não pode quebrar o sigilo bancário dos gestores cujas contas estejam submetidas a seu julgamento.
- c) Tem competência para declarar a inelegibilidade dos candidatos cujas contas sejam por ele julgadas.
- d) Possui um quinto de seus integrantes escolhidos entre advogados e membros do Ministério Público, alternadamente.
- e) Fiscaliza a aplicação de recursos repassados pela União, mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres para o Estado.

11 - Se uma lei estadual nova extinguir vantagem pecuniária que compõe os vencimentos dos servidores públicos civis do Estado:

- a) Só poderá ser aplicada aos servidores admitidos após sua vigência.
- b) Não poderá ser aplicada aos servidores admitidos após sua vigência, que já tenham sido servidores públicos.
- c) Não poderá ser aplicada aos servidores estaduais que percebam, há mais de 5(cinco) anos, a vantagem extinta.
- d) Poderá ser aplicada aos servidores atuais, se não acarretar diminuição pecuniária dos vencimentos.
- e) Será inconstitucional, por violação ao direito adquirido.

12 - Sobre o ato jurídico perfeito, aponte a(s) afirmativa(s) correta(s):

I - O Código de Defesa do Consumidor aplica-se aos contratos bancários anteriores à sua vigência.

II - Não viola a garantia constitucional do ato jurídico perfeito a aplicação de normas legais posteriores à celebração dos contratos que legitimam o Ministério Público para o ajuizamento de ação civil pública.

III - A garantia constitucional do ato jurídico perfeito não exclui a possibilidade de revisão judicial do contrato, para evitar enriquecimento sem causa.

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) Nenhuma.

13 - Anulação do ato administrativo:

- a) É o ato que elimina o vício existente no ato ilegal, e cujos efeitos retroagem à data em que o primeiro foi praticado.
- b) É a postura de desmanchar o ato administrativo válido ou eivado de ilegalidade.
- c) É o desfazimento do ato administrativo eivado de ilegalidade.
- d) É o desfazimento do ato administrativo válido, mas inoportuno ou inconveniente.
- e) É o desfazimento do ato válido pelo Poder Judiciário.

14 - Marque a opção que não corresponde aos sintomas denunciadores do desvio de poder:

- a) Motivação insuficiente ou contraditória.
- b) Excesso de motivação.
- c) Contradição do ato com as conseqüências.
- d) Inadequação entre motivos e efeitos.
- e) Racionalidade do procedimento, acompanhada da edição do ato.

15 - Concessão de serviço público:

- a) É ato administrativo unilateral, discricionário, qualificado ou precário, pelo qual a autoridade pública competente transfere a terceiros a execução, no seu próprio nome, e por sua conta e risco, de determinado serviço público, remunerado por meio de tarifa paga pelo usuário do serviço.
- b) É modalidade de contrato administrativo mediante o qual a Administração transfere a terceiros a execução de obra e/ou serviço, para que os efetue por sua própria conta e risco, recebendo, como contrapartida, remuneração prefixada em cláusula contratual.
- c) É modalidade de contrato administrativo mediante o qual a Administração delega a terceiros o desempenho de determinado serviço público, para que o execute em seu próprio nome, assumindo os riscos próprios do negócio, remunerando-o por meio de tarifa cobrada do usuário.
- d) É modalidade de contrato administrativo mediante o qual a Administração utiliza serviços de terceiros para a execução de trabalhos de baixo valor, com ou sem fornecimento de material, geralmente com dispensa de licitação, empregando a fórmula de ordem de execução de serviço.
- e) É modalidade de contrato administrativo mediante o qual a Administração transfere a terceiros a gestão de determinado empreendimento (obra ou serviço público), que recebe da Administração remuneração previamente estabelecida no contrato, fixada de forma proporcional ao custo total do empreendimento.

16 - É incorreto afirmar que o juiz criminal absolverá o funcionário público condenado administrativamente, mencionando a causa, na parte final da sentença, desde que reconheça a ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- a) Ficou provado que o fato não constituía infração penal.
- b) Ficou provada a inexistência do fato.
- c) Ocorreu circunstância que não isentava o réu da sanção penal.
- d) Ocorreu causa excludente de antijuridicidade.
- e) Não havia prova da existência do fato.

17 - É incorreto afirmar, quanto às semelhanças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista:

- a) Ambas são criadas e extintas por lei.
- b) Vinculam-se aos fins definidos na lei que as criou.
- c) Desempenham atividade econômica.
- d) Sujeitam-se ao controle estatal.
- e) Ambas possuem capital misto (público e privado).

18 - Assinale a afirmação correta:

- a) Apenas o agente público é considerado sujeito ativo perante a lei de improbidade administrativa.
- b) Para fins da lei de improbidade administrativa, agente público é todo aquele que exerce, apenas em caráter de permanência e com remuneração, função em empresa pública.
- c) A vitaliciedade impede a aplicação das sanções previstas na lei de improbidade administrativa ao Conselheiro do Tribunal de Contas.
- d) Os agentes políticos, os servidores públicos, os militares e os particulares que colaboram espontaneamente com o Poder Público podem praticar atos de improbidade administrativa.
- e) Nem todas as categorias de servidores públicos podem se enquadrar como sujeito ativo da improbidade administrativa.

19 - Sobre mandado de segurança, em razão da lei ou da jurisprudência, é correto afirmar que:

- a) Cabe mandado de segurança para debelar lesão decorrente de lei em tese.
- b) O mandado de segurança é meio hábil para impugnar atos de estabelecimentos particulares de ensino.
- c) É cabível mandado de segurança para garantir o acesso do impetrante a informações relativas a terceiros.
- d) Contra ato do qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo é possível a impetração do mandado de segurança.
- e) O mandado de segurança é cabível para atacar decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

20 - Em uma ação civil de mandado de segurança, da decisão do relator que deferir a medida liminar, é cabível qual recurso:

- a) Apelação.
- b) Recurso especial.
- c) Agravo de instrumento.
- d) Agravo.
- e) Recurso de ofício.

21 - Sobre o Supremo Tribunal Federal, é incorreto afirmar que:

- a) Compete processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos do Tribunal de Contas da União.
- b) Compete julgar, em recurso ordinário, o mandado de segurança decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- c) Compete processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança contra ato de Ministro de Estado.
- d) Compete processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos das Mesas da Câmara dos Deputados.
- e) Compete processar e julgar, originariamente, o mandado de segurança contra atos do Procurador-Geral da República.

22 - Assinale a opção correta, acerca dos legitimados ativos para a propositura da ação civil pública:

- a) Ministério Público, OAB e Defensoria Pública.
- b) Autarquia, empresa pública e associação constituída há pelo menos 6(seis) meses, nos termos da lei civil.
- c) Autarquia, empresa pública e sociedade de economia mista.
- d) Ministério Público, Estados e associação civil constituída há pelo menos 10(dez) meses, nos termos da lei civil.
- e) Ministério Público, União e Congresso Nacional.

23 - No tocante a teoria do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- a) Ato administrativo coletivo é o que se concretiza pela manifestação da vontade de mais de um Órgão da Administração Pública.
- b) Ato administrativo discricionário é aquele que a autoridade é obrigada a praticar, querendo ou não, após preenchidos os requisitos por parte do destinatário da medida.
- c) Os atos administrativos da nomeação e da demissão envolvem apenas aquisição de direitos para o nomeado ao cargo público.
- d) A nomeação de Ministro do Supremo Tribunal Federal classifica-se como um ato simples.
- e) A escolha do Procurador-Geral de Justiça pelo Chefe do Executivo é um ato discricionário e complexo.

24 - Acerca da responsabilidade civil do Estado, é incorreto afirmar que:

- a) O Estado responde por prejuízos causados pelo agente público, que por ação ou omissão, mesmo quando não se prova o dano efetivo e o nexo causal entre o prejuízo e a ação do preposto público.
- b) Não viola o valor constitucional do *non bis in idem* quando o funcionário público sofre as sanções civil, disciplinar e penal, com base no mesmo caso concreto.
- c) A força maior isenta o Poder Público da responsabilidade de ressarcir os danos causados ao particular, vez que está fora do alcance estatal impedir a causa do evento, em razão da inevitabilidade, imprevisibilidade e irresistibilidade.
- d) A culpa absoluta é causa excludente da responsabilidade do Poder Público, em razão do prejudicado não poder auferir vantagens com um acontecimento para o qual concorreu.
- e) A culpa recíproca é a circunstância na qual se constatou que, para a ocorrência do evento, concorreram vítima e Estado.

25 - Em relação à concessão de medida liminar na ação civil de mandado de segurança, é incorreto afirmar que:

- a) É vedada a concessão de liminar na ação civil de mandado de segurança que tenha como mérito a compensação de créditos tributários.
- b) No *mandamus* de âmbito coletivo, a medida liminar só poderá ser deferida após a oitiva da pessoa jurídica de direito público.
- c) É vedado deferimento de liminar na ação civil de mandado de segurança que tenha por objeto a reclassificação de servidores públicos.
- d) A liminar perderá os seus efeitos se o impetrante deixar, por mais de 5(cinco) dias úteis, de promover atos processuais do seu mister.
- e) É vedada a concessão de liminar na ação civil de mandado de segurança que tenha como mérito a entrega de mercadorias e bens oriundos do exterior.

26 - Segundo a doutrina, o testamento consiste em negócio jurídico; solene, de eficácia *mortis causa*, personalíssimo, unilateral e revogável. Portanto, em relação ao testamento, é correto afirmar:

- a) É anulável, quando celebrado pelo menor entre 16 e 18 anos.
- b) É inválido, quando celebrado pelo pródigo.
- c) Será válido, ainda que contenha exclusivamente disposições de caráter não patrimonial.
- d) Será anulável, quando contiver os defeitos de erro, dolo ou coação, no prazo de 4(quatro) anos, a partir da data da abertura da sucessão.
- e) O testamento público posterior, inexoravelmente, revoga o testamento particular anterior.

27 - Antônio faleceu em 10 de maio de 2008, *ab intestato*. Consta que o “*de cuius*” era casado pelo regime da comunhão parcial de bens, com Bruna, não deixando bens particulares, e ainda, que em razão do enlace matrimonial teve 4(quatro) filhos: Carlos, Daniel, Elda e Fátima. Ademais, consta que Carlos faleceu em 05 de agosto de 2007, e deixou 3(três) filhos: George, Hugo e Igor.

Consta que Daniel renunciou à herança do seu genitor, sob condição resolutiva, bem assim que teve 2(dois) filhos: Jaime e Luiz.

Outrossim, consta que Elda cedeu, a título de liberalidade, o seu quinhão hereditário a terceiro, estranho à sucessão, por instrumento público, contudo sem cientificar previamente os demais herdeiros.

Por derradeiro, consta que Fátima foi excluída da sucessão por indignidade, entretanto, teve 2 (dois) filhos, a saber: Márcia e Nilson.

Assinale a alternativa correta:

- a) Bruna terá direito a 50%(cinquenta por cento) da herança de Antônio.
- b) Os filhos de Daniel irão representar o pai renunciante.
- c) Os filhos de Fátima irão representar a mãe, na herança do falecido avô.
- d) A cessão da herança mencionada é ineficaz frente aos demais herdeiros.
- e) Os Filhos de Carlos receberão, em conjunto, 50% (cinquenta por cento) da herança do “*de cuius*”.

28 - A Constituição Federal da República Federativa do Brasil consagra, no seu artigo 5º, XXX, o direito de herança como direito fundamental.

Com efeito, vaticina Ney de Mello Almada: “o Direito da Sucessões é o conjunto de princípios legais disciplinadores da transmissão, aos herdeiros legatários, do patrimônio sucessível de uma pessoa, que vem a falecer.”

Nessa esteira, aduz Lacerda de Almeida que, em razão da repercussão social, tais princípios são “fundamentais e de ordem pública”.

Assim sendo, marque a alternativa correta, após o exame de veracidade das assertivas abaixo.

- I - A aquisição da propriedade *mortis causa* se dá com o registro da partilha no cartório de registro de imóveis competente.
- II - De acordo com a legislação pátria, o direito a sucessão aberta consubstancia-se em uma universalidade *iuris*, bem assim em direito real imobiliário.
- III - Na sucessão *mortis causa* de estrangeiro domiciliado no Brasil, no que tange aos bens situados no Brasil, invariavelmente se aplicará a Lei Material Brasileira.
- IV - Quando proferida após 5(cinco) anos da abertura da sucessão, a sentença que declara a vacância produzirá efeitos retro operantes.
- V - Em matéria de sucessão legítima, pode-se afirmar que a representação somente é possível na linha reta descendente.

- a) F V F V F.
- b) V V F V V.
- c) F F V F F.
- d) V F V V F.
- e) F V V F V.

29 - Marque a alternativa correta, após aferição da veracidade das assertivas abaixo.

- I - A teor do Código Civil em vigor, a coação moral, quando exercida por terceiro, invariavelmente enseja a anulação do negócio jurídico.
- II - De acordo com a teoria da confiança, a perceptibilidade é requisito para a caracterização do erro como defeito do negócio jurídico.
- III - Em razão do princípio jurídico, que predica que a ninguém é dado escusar-se de cumprir a Lei, alegando que não a conhece, bem assim em razão do quanto dispõe a Lei de Introdução ao Código Civil, pode-se afirmar que o erro de direito é insusceptível de ser acolhido para fins de anulação do negócio jurídico.
- IV - O prazo decadencial para postular a anulação do negócio jurídico por coação moral é de 4(quatro) anos, e passa a fluir a partir da celebração do negócio.
- V - Segundo o Código Civil de 2002, observados os requisitos legais, o negócio jurídico primitivo nulo pode ser convertido em sucedâneo válido.

- a) F F V V V.
- b) F V F F V.
- c) V V F V F.
- d) V F V F F.
- e) F V V V F.

30 - É cediço que o Direito Civil visa, em especial, disciplinar o trânsito de bens jurídicos. Lado outro, pode-se afirmar que, em uma economia dinâmica e marcada pela multiplicidade de tipos jurídicos, a representação se apresenta como uma ferramenta de cooperação jurídica de extrema importância. A propósito, por sua inestimável contribuição para o incremento da atividade mercantil, foi a mesma classificada por Ernest Rabel como um “milagre jurídico”.

Assinale a alternativa correta, após aferição da veracidade das assertivas abaixo.

- I - Segundo o Código Civil em vigor, em se tratando de representação convencional, quando o representante age com dolo em relação ao outro contratante, o representado responde pela indenização no limite do proveito que teve.
- II - Segundo a teoria da separação, os poderes da representação são outorgados por ato unilateral, abstrato e autônomo, denominado procuração.
- III - Segundo a teoria do ato '*ultra vires*', a atuação do Representante além dos poderes que lhes foram conferidos, é ineficaz em relação ao Representado.
- IV - Em se tratando de representação legal, na hipótese em que o representante age com dolo em relação ao outro contratante, o Código Civil em vigor predica que aquele responderá sozinho e integralmente pela perdas e danos causados ao último.
- V - Nas hipóteses de representação eletiva, conforme o Código Civil em vigor pode-se afirmar que será nulo o negócio jurídico quando for concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, se tal fato era ou devia ser do conhecimento de quem com ele contratou.

- a) F F V V V.
- b) V V F V F.
- c) F V V F F.
- d) V F F F V.
- e) F V F V V.

31 - Segundo a melhor doutrina, provar consiste em criar o convencimento no espírito do julgador. Logo, consubstancia-se a prova em elemento idôneo à formação de um estado psíquico.

Assim, assinale a alternativa correta, após aferir a veracidade das assertivas abaixo.

- I - A presunção '*hominis*' inadmite prova em contrário.
- II - O exame, vistoria e arbitramento são formas de prova pericial.
- III - O Código Civil em vigor estabelece, de forma exaustiva, a presunção, indícios, a testemunhal, a confissão, a perícia e o documento, como meios de prova do negócio jurídico.
- IV - A confissão pode ser anulada por vício de consentimento.
- V - São requisitos da prova: pertinência, concludência e licitude.

- a) F F V F F.
- b) V F F F F.
- c) V V F F V.
- d) V V F V F.
- e) F V F V V.

32 - Augusto, então casado, pelo regime da comunhão parcial de bens, com Bianca, na constância da sociedade conjugal, em 10 de setembro de 2008 fez a doação de um bem particular a Débora, sua concubina. Consta que Augusto faleceu em 11 de abril de 2009.

- I - O Ministério Público, na condição de fiscal da lei, respeitado o prazo decadencial de 2(dois) anos, a partir da doação, poderá ingressar com a ação questionando a validade do ato de liberalidade.
- II - Por se tratar de ato nulo, o negócio jurídico mencionado não convalesce pelo decurso do tempo.
- III - Em situações dessa ordem, prevê o Código que o cônjuge prejudicado pode propor ação declaratória de nulidade, a qualquer tempo.
- IV - Na constância da sociedade conjugal, a legitimidade para questionar a validade da doação é exclusiva do cônjuge prejudicado.
- V - Poderão os herdeiros do doador, respeitado o prazo de 2(dois) anos do falecimento deste, propor ação de anulação do negócio jurídico.

Assinale a alternativa correta, após aferição da veracidade das assertivas acima.

- a) V F V F V.
- b) V V F V F.
- c) F V V F F.
- d) F F F V V.
- e) V F V F F.

33 - Segundo os ensinamentos do mestre Paulo Nader, o direito subjetivo aos alimentos vincula-se, umbilicalmente, aos valores de sobrevivência.

Assim, assinale a alternativa correta, após a aferição da veracidade das assertivas abaixo.

- I - Os alimentos cômputos ou civis limitam-se a suprir as carências fundamentais da pessoa.
- II - Enquanto direito real, o usufruto pode ser instituído visando a uma finalidade alimentar.
- III - Como corolário de seu caráter personalíssimo, o direito subjetivo aos alimentos é incessível.
- IV - Na conformidade do Código Civil em vigor, o direito a alimentos, por ser inerente à pessoa humana, é irrenunciável.
- V - As obrigações derivadas de alimentos podem ser extintas mediante o instituto da compensação.

- a) F V V V F.
- b) V F V V F.
- c) V F F F V.
- d) F V F V V.
- e) V F F V V.

34 - Fábio, casado com Fernanda pelo regime legal, na iminência da separação, a fim de prejudicar seu cônjuge na partilha dos bens, com a redução do respectivo quinhão, em conluio com José, intencionalmente emitiu declaração enganosa de vontade, consubstanciada em nota promissória em favor deste.

- I - Trata-se de simulação relativa, e, como tal, o negócio jurídico celebrado é nulo.
- II - Qualquer interessado juridicamente poderá arguir a invalidade do negócio jurídico.
- III - Fábio poderá arguir a invalidade do negócio jurídico.
- IV - O prazo para propositura da ação de anulação do negócio jurídico é de 4(quatro) anos.
- V - O vício constante no negocio jurídico em questão poderá ser sanado mediante a ratificação.

Assinale a alternativa correta, após a aferição da veracidade das assertivas acima

- a) V V F V F.
- b) F V V F F.
- c) V F V V F.
- d) F V V F F.
- e) F F V F F.

35 – Bernardo, em 12 de maio de 2008, mediante testamento particular, reconheceu a paternidade de Cecília, bem assim dispôs da metade de seu patrimônio. Consta que o referido testamento foi celebrado em circunstâncias excepcionais, devidamente declaradas na cédula, contudo, sem testemunhas.

Assinale a alternativa correta.

- a) O testamento é anulável.
- b) O testamento é inexistente.
- c) O testamento é ineficaz.
- d) O testamento somente será válido no que concerne à disposição do patrimônio.
- e) O testamento poderá ser confirmado, a critério do Juiz.

36 - Segundo Caio Mário Pereira da Silva, os regimes de bens no casamento constituem os princípios jurídicos que disciplinam as relações econômicas entre os cônjuges, na constância do casamento.

Noutro giro, estabelece o Código Civil em vigor que é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de constituição de família.

Assim, após o confronto entre as assertivas supraelencadas e as disposições do Código Civil em vigor, assinale a alternativa correta.

- a) O cônjuge pode, independentemente do regime de bens, e sem a anuência expressa do outro, comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica, e como consequência será o único obrigado pelo adimplemento da dívida eventualmente contraída em razão da aquisição.
- b) Somente no regime de separação opcional é facultado ao cônjuge, sem anuência expressa do outro, obter empréstimo para adquirir as coisas necessárias à economia doméstica.
- c) Na união estável, quando o homem ou a mulher contar com mais de 60(sessenta) anos ao tempo do início da convivência, aplicar-se-á nas relações patrimoniais o regime da separação obrigatória.
- d) No regime de comunhão parcial, é vedado ao cônjuge prestar aval ou fiança, sem autorização do outro.
- e) Em sede de união estável, salvo estipulação em contrário, aplica-se às relações patrimoniais o regime da comunhão universal.

37 - É consabido que a melhor doutrina aponta a necessidade do estudo do direito civil à luz dos comandos da Norma Fundamental. Enfatiza Cristiano Chaves “..é a Constituição da República, que, com os seus princípios e as suas normas, confere uma nova feição à ciência civilista”.

Ademais, é indubitável que a Constituição Federal acolheu o princípio da igualdade entre os filhos, de sorte que veda expressamente quaisquer designação discriminatória.

Portanto, assinale a alternativa correta, após aferir a veracidade das assertivas abaixo.

- I - Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por fecundação homóloga, mesmo que falecido o marido.
 - II - Presumem-se concebidos na constância do casamento os filhos havidos por inseminação artificial heteróloga, desde que tenha prévia autorização do marido.
 - III - Quando perfectibilizada pelo cônjuge virago a confissão de adultério, *de per se*, ilide a presunção legal de paternidade.
 - IV - O direito de investigar a paternidade é indisponível, de sorte que nula será a renúncia ao direito, obtida mediante contrapartida pecuniária.
 - V - A ação do marido para contestar a paternidade do filho de sua mulher é personalíssima, e prescreve no prazo máximo previsto no Código Civil em vigor, ou seja, em 10(dez) anos a partir do nascimento.
- a) F V F V F.
 - b) V F F V V.
 - c) V V V F V.
 - d) V V F V F.
 - e) V V F F F.

38 - Sabe-se que competência é o poder que tem o juiz para exercer a jurisdição nos limites estabelecidos pela lei. Acerca desse instituo, julgue os itens subseqüentes, para concluir quais estão corretos.

- I - Toca ao Superior Tribunal de Justiça decidir conflitos de competência entre juizado especial e juízo federal, salvo quando da mesma seção judiciária.
- II - A intervenção da União em processo no qual a sociedade de economia mista figure na condição de parte não tem o condão de modificar a competência para a Justiça Federal.
- III - A declaração de incompetência sempre implica remessa dos autos ao juízo competente.
- IV - A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo.
- V - Em se tratando de ação acidentária trabalhista, a competência para julgá-la é da Justiça Estadual, ao passo que, se a ação acidentária não decorrer do vínculo laboral, a competência para o trâmite da demanda é da Justiça Federal.

Estão corretas as assertivas:

- a) I, II, III e V.
- b) II, III e IV.
- c) III e IV.
- d) III e V.
- e) IV e V.

39 - João, detentor de considerável patrimônio, formado por fazendas, automóveis e valores aplicados em conta poupança, conviveu em regime de união estável com Maria, durante 06(seis) anos, advindo desse vínculo o nascimento de Pedro, Francisco e José, todos menores impúberes.

Em 24 de novembro de 2006, João veio a falecer, vítima de acidente automobilístico.

Após sua morte, a companheira sobrevivente aforou inventário dos bens deixados pelo de *cujus*. No curso do procedimento, os interessados foram surpreendidos com a argüição de Rodrigo, de que o falecido seria seu suposto pai, razão pela qual requereu a devida declaração do vínculo, com a respectiva participação na herança.

Requerido o inventário, e passado longo período sem que Maria, a inventariante nomeada, cumprisse com os encargos a si impostos por lei, determinou-se sua intimação pessoal, para manifestar o interesse no prosseguimento do feito.

Cumprida a diligência intimatória, e persistindo a omissão, o juiz da Comarca, em inspeção, extinguiu o processo sem destrame do mérito, por ausência de interesse de agir, bem assim por inação da parte autora em adimplir os atos necessários, com base no art. 267, II, III, VI, do CPC

Diante do caso descrito, assinale a assertiva incorreta:

- a) A discussão acerca da paternidade deve ser remetida às vias ordinárias, por se tratar de questão de fato de alta indagação.
- b) Na hipótese, o Ministério Público não está legitimado a requerer o inventário, tendo em conta que os incapazes não se encontram em situação de risco, estando devidamente representados por sua genitora.
- c) A legislação processual é transparente no sentido de atribuir como efeito da desídia do Inventariante sua remoção, nunca a extinção do processo, dado que sua atuação não determina o prosseguimento ou desfecho da causa, mas importa apenas sua eventual mudança.
- d) Considerando o interesse jurídico da Fazenda Pública para cobrar o tributo que lhe é devido, encontra-se esta dotada de legitimidade recursal.
- e) É deferida ao magistrado a possibilidade de determinar, de ofício, a abertura do inventário, circunstância que caracteriza exceção ao princípio da inércia da jurisdição.

40 - Em simples palavras, litisconsórcio significa a pluralidade de partes litigantes no processo. É a reunião de vários interessados numa mesma demanda, na qualidade de autor e/ou de réu, para a defesa de interesses comuns. O litisconsórcio não se confunde, evidentemente, com a cumulação de ações, pois se refere a pessoas que integram uma das partes no pleito.

Acerca do tema aqui proposto, é incorreto afirmar:

- a) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu é indispensável.
- b) A ausência de citação de todos os litisconsórcios necessários implica extinção do processo sem destrame do mérito.
- c) O litisconsórcio por afinidade sempre será simples.
- d) O litisconsórcio formado por titulares de direitos individuais homogêneos, necessariamente, será simples.
- e) Quando dois ou mais legitimados extraordinários figurarem em juízo discutindo a mesma relação, tem-se um litisconsórcio unitário.

41 - Sobre competência, citação e resposta do réu, assinale a assertiva incorreta:

- a) Em se tratando de citação realizada através de carta de ordem, o prazo para apresentação de defesa começa a fluir a partir de sua juntada aos autos principais.
- b) A demora na realização do ato citatório, por circunstâncias atribuíveis à deficiência judiciária, não justifica o acolhimento da alegação de prescrição e decadência.
- c) Não se aplicam os efeitos da revelia se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação, desde que o interesse do litisconsorte contestante seja comum ao do revel.
- d) O foro do domicílio ou da residência do alimentando é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.
- e) O princípio do ônus da impugnação especificada proíbe a oferta de resposta por negativa geral, cabendo ao acionado confrontar um a um os fatos articulados na peça inaugural, não devendo o Promotor de Justiça descurar-se desse inarredável encargo, sob pena de aplicação dos efeitos da revelia.

42 - Doutrinariamente, entende-se por interdição o procedimento destinado a retirar a capacidade de pessoa maior para a prática de determinados atos da vida civil, e para a regência de si mesma e de seus bens.

Sobre o procedimento especial da interdição, é correto afirmar:

- a) A realização de exame pericial do interditando constitui faculdade do magistrado, na empreitada de formar seu convencimento.
- b) Uma vez requerida a interdição pelo órgão do Ministério Público, compete ao juiz designar audiência de justificação prévia para ouvida do interditando.
- c) É vedada a constituição de advogado pelo interditando, já que o objeto litigioso diz respeito à sua capacidade para a prática dos atos da vida civil.
- d) A legitimação do Ministério Público para requerer a interdição é considerada subsidiária, nos termos do art. 1.178, II, do Código de Processo Civil, quando os legitimados ordinários permanecerem inertes ou inexistirem.
- e) A sentença que acolhe o pedido de interdição desafia recurso de apelação, dotado do duplo efeito (suspensivo e devolutivo), ensejando sua inscrição no Registro de Pessoas Naturais, após o trânsito em julgado.

43 - Avalie as proposições abaixo, e assinale o número de assertiva(s) correta(s).

- I - Caso o incidente de falsidade documental seja suscitado depois de encerrada a instrução, será autuado em apartado, suspendendo-se o processo principal até o julgamento do incidente, e a decisão que o julga, deferindo-o ou não, tem natureza interlocutória, cujo recurso cabível, portanto, é o agravo de instrumento.
- II - A intimação pessoal da sentença e a participação no processo no estado em que ele se encontra são os únicos benefícios a que faz *jus* o réu revel.
- III - A eficácia da revelia é *ex tunc*, nascendo no momento em que o indivíduo deixa de contestar tempestivamente a pretensão autoral.
- IV - A decisão que indefere a petição reconvenção é interlocutória e, como tal, desafia recurso de agravo retido.
- V - Não pode o curador à lide (art. 9º do CPC) reconvir em favor do revel citado por edital ou por hora certa, visto que é seu substituto processual.

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

44 - É certo afirmar que:

- a) Na fase instrutória, o princípio inquisitivo permeia os poderes do magistrado, independentemente da (in)disponibilidade do bem da vida em disputa.
- b) O sistema tarifado de provas não encontra ressonância no sistema jurídico pátrio.
- c) É válida a distribuição diversa do ônus da prova, ainda que incida sobre direito indisponível.
- d) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá, necessariamente, provar os respectivos teor e vigência.
- e) Os fatos notórios não prescindem de provas, se contestados pela parte contrária.

45 - Como sabido, o Mandado de Segurança é uma garantia cabível em circunstâncias nas quais a ilegalidade, o desrespeito à razoabilidade e à proporcionalidade contaminam o ato administrativo.

Sobre referida ação constitucional, pode-se asseverar.

- I - Cabe Mandado de Segurança contra decisão judicial transitada em julgado.
- II - De acordo com a inovação introduzida pelo art. 5º da Lei 12.016/2009, é incabível mandado de segurança quando a impetração destinar-se a questionar ato disciplinar.
- III - O pedido de mandado de segurança poderá ser renovado dentro do prazo decadencial, se a decisão denegatória não lhe houver apreciado o mérito.
- IV - A decisão proferida em mandado de segurança de competência originária do Tribunal, que aprecia pedido liminar, é irrecorrível.
- V - Nos termos da novel legislação sobre o Mandado de Segurança, a autoridade coatora não é legitimada para recorrer.

Desse modo, assinale o número de alternativa(s) correta(s).

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

46 - Levando em consideração a teoria geral dos recursos, analise as proposições abaixo consignadas.

- I - A desistência do recurso é admissível a partir do momento da sua interposição, até o início da respectiva sessão de julgamento, podendo, inclusive, essa manifestação ocorrer oralmente.
- II - O cumprimento da decisão extingue o direito de recorrer, por restar caracterizada a preclusão lógica.
- III - O reexame necessário tem natureza de recurso, traduzindo exceção ao princípio da voluntariedade.
- IV - A ausência de preparo do recurso é defeito sanável que, não sendo corrigido, importa deserção.
- V - É requisito do recurso adesivo a sucumbência recíproca e a interposição de recurso pela parte *ex adversa*. Além disso, a desistência do recurso principal importa, necessariamente, a desistência do recurso adesivo.

São consideradas corretas as seguintes afirmações:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) III, IV e V.
- d) I, III e IV.
- e) I, II e V.

47 - Pode-se afirmar que recurso é o meio pelo qual se provoca o reexame da decisão recorrida, ante a presença de defeitos formais (*error in procedendo*) ou por questões de justiça da decisão (*error in iudicando*).

Sobre recursos em espécie, assinale a proposição certa.

- a) Os embargos de declaração têm natureza de recurso de fundamentação livre.
- b) É causa de invalidade o julgamento de agravo de instrumento sem as informações do prolator da decisão recorrida.
- c) Embargos de declaração interpostos com claro propósito de prequestionamento têm caráter protelatório a ensejar a sanção legal preconizada no art. 538, §único, do CPC.
- d) Admite-se recurso especial quanto à questão que, a despeito de oposição de embargos de declaração, não foi apreciada pelo tribunal *a quo*.
- e) É inadmissível recurso especial quando o acórdão recorrido assenta-se em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário.

48 - A apelação, no direito processual civil brasileiro, é o recurso que, por excelência, é interposto contra a sentença proferida por juiz de primeiro grau. Acerca dessa espécie recursal, analise as afirmativas a seguir formuladas.

- I - Os recursos de apelação interpostos contra sentença que decreta interdição e julga procedente pedido formulado em mandado de segurança não são dotados de efeito suspensivo.
- II - Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), é vedado ao Tribunal julgar desde logo a lide, cabendo-lhe apenas, na hipótese de provimento recursal, determinar o retorno dos autos ao juízo de origem, para rejuízo.
- III - Constatando a ocorrência de nulidade sanável, o Tribunal poderá determinar a realização ou renovação do ato processual, intimadas as partes; cumprida a diligência, sempre que possível prosseguirá o julgamento da apelação.
- IV - A fundamentação livre ínsita à apelação autoriza que questões não alegadas na instância originária sejam deduzidas nesta via recursal, fazendo-se necessária apenas a observância do contraditório e da ampla defesa.
- V - A execução provisória da sentença só é permitida quando o recurso de apelação for recebido apenas no efeito devolutivo.

Desse modo, assinale o número de proposição(ões) correta(s)?

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 5.

49 - Examine cada uma das definições acerca das teorias da coisa julgada, postas abaixo, estabelecendo, em seguida, a respectiva correspondência, para concluir qual das alternativas está correta.

I – Segundo esta teoria, tendo em vista que toda sentença possui um conteúdo declaratório, apenas sobre este incide a autoridade da coisa julgada.	1 - Teoria de Liebman ()
II Por esta teoria, a autoridade da coisa julgada está no fato de provir do Estado. A sentença contém imperatividade, por constituir um ato estatal.	2 - Teoria da Extinção da Obrigação () Jurisdicional
III – Por meio desta teoria, a coisa julgada criaria um direito novo. Portanto, seria sempre constitutiva de direito.	3 – Teoria da Eficácia da Declaração ()
IV – Esta teoria vê na coisa julgada uma qualidade especial da sentença a reforçar a sua eficácia, consistente na imutabilidade da sentença como ato processual, e na imutabilidade dos seus efeitos.	4 – Teoria de Canelutti ()
V – Conforme esta teoria, que teve Rocco como expositor, o conceito de sentença e, pois, de coisa julgada, prende-se, necessariamente, aos conceitos de ação e jurisdição.	5 – Teoria da Força Legal ou Substancial ()

- a) I-2; II-1; III-4; IV-5; V-3.
- b) I-3; II-4; III-5; IV-1; V-2.
- c) I-3; II-2; III-5; IV-1; V-4.
- d) I-2; II-5; III-3; IV-1; V-4.
- e) I-4; II-3, III-5, IV-1; V-2

50 - Sobre ação rescisória, ação anulatória e *querela nulitatis*, assinale o que se tem por correto.

- a) O ajuizamento de ação rescisória não prescinde do esgotamento das vias recursais ordinárias.
- b) A competência originária dos Tribunais, no trâmite da ação rescisória, justifica o impedimento de delegação de atos instrutórios ao Juízo de 1ª instância.
- c) Em se tratando de ação rescisória, o prazo para apresentação de defesa é variável, nunca inferior a 15(quinze) dias nem superior a 30(trinta) dias.
- d) O prazo de 2(dois) anos para ajuizamento da *querela nulitatis* começa a correr a partir do trânsito em julgado da decisão.
- e) Quando a decisão que se pretende rescindir estiver amparada em regra legal de interpretação controvertida dos Tribunais, cabe ação rescisória, por ofensa a literal disposição de lei.

51 - O fato de consciência, a provocação de legítima defesa, a desobediência civil e o conflito de deveres, na lição da melhor doutrina nacional, são situações de:

- a) Exclusão da ilicitude e de culpabilidade, respectivamente.
- b) Exclusão de tipicidade e culpabilidade, simultaneamente.
- c) Exclusão legal de culpabilidade, exclusivamente.
- d) Exclusão supralegal de culpabilidade.
- e) Exclusão supralegal de ilicitude.

52 - A questão do começo da execução do delito é matéria relevante na dogmática penal, uma vez que possibilita ao operador do direito o correto manejo de inúmeras situações concretas de variados casos penais. Nessa matéria, é notória a influência, das teorias híbridas, na doutrina e jurisprudência brasileiras. Nesta linha de consideração e neste contexto dogmático, seria correto afirmar:

- I - O começo da execução do delito é, em qualquer caso, exatamente idêntico ao começo da execução da ação assinalada objetivamente pelo verbo típico.
- II - O começo da execução do delito não é necessariamente exatamente idêntico ao começo da execução da ação assinalada objetivamente pelo verbo típico.
- III - Os atos que, conforme o plano do autor, são imediatamente anteriores ao começo da execução da ação típica, e importam objetivamente um perigo para o bem jurídico, estão também abarcados como atos executórios.
- IV - Frise-se que é perfeitamente coerente e seguro que um ato parcial seja considerado precedente, ainda que haja entre este e aquela outro ato no plano concreto do autor.
- V - Ressalte-se que um ato parcial será imediatamente precedente à realização da ação típica quando não houver, entre este e aquela, outro ato no plano concreto do autor.

- a) Somente a alternativa I é verdadeira.
- b) As alternativas II, III e V são verdadeiras.
- c) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- d) As alternativas II e III são verdadeiras.
- e) As alternativas II e IV são verdadeiras.

53 - A maioria dos casos de co-participação encontra satisfatória resposta nos limites do artigo 29 do CP. Ocorre, todavia, que existem casos-limite nos quais o legislador não pensou. Assim, cumpriria decidir sobre a aplicabilidade da norma proibitiva do artigo 29, em cada situação concreta. Logo, para a solução prática desses casos penais, poderíamos apoiar a respectiva decisão:

- I - Na utilização do princípio da idoneidade, no caso concreto.
- II - No princípio da proibição de regresso.
- III - Na utilização desfuncional da teoria da imputação objetiva.
- IV - Na simples observância da co-culpabilidade, em matéria de crime omissivo.
- V - Na observância do critério da melhora relevante da situação do bem jurídico concreto.

- a) Somente a alternativa I está correta.
- b) Somente a alternativa II está correta.
- c) As alternativas I e V estão corretas.
- d) As alternativas II e V estão corretas.
- e) As alternativas III e V estão corretas.

54 - A problemática do bem jurídico, merecedor da tutela penal, é assunto de alta sensibilidade nos dias atuais, na medida em que o direito penal contemporâneo lida, frequentemente, com questões concernentes a bens jurídicos coletivos e de alta complexidade na sua consideração, inclusive para o debate na doutrina nacional, sobretudo quando busca diferenciar bens jurídicos e funções. Assim, a tendência de espiritualização dos bens jurídicos é um dos grandes desafios do estágio atual da dogmática penal. Nesse cenário de ideias, seria correto afirmar:

- I - A radicalização da tendência da espiritualização dos bens jurídicos protegidos penalmente não envolve nenhum risco para um direito penal de um Estado Democrático, antes, pelo contrário, aumenta consideravelmente as garantias individuais.
- II - A tendência de “espiritualização” dos bens jurídicos pode ser suficientemente mitigada com a simples redução à sua característica de pessoalidade, isto é, que interesse, antes de tudo, à pessoa humana.
- III - A tendência de “espiritualização” dos bens jurídicos pode ser concretamente mitigada com a consideração conjunta da noção de pessoalidade com a de substancialidade, e não ser deduzida apenas de um dado normativo.
- IV - A noção de bem jurídico, neste contexto, não pode ter como objeto de proteção da norma situação referentes à moralidade pública, aos bons costumes, ao sentimento do povo e outras semelhantes.
- V - O bem jurídico, portanto, como advertia Roxin, nada tem a ver com o caráter de objeto valorado, prescindindo assim de qualquer alteração do mundo exterior ou juízo de valor de qualquer natureza.

- a) Somente a alternativa I é verdadeira.
- b) As alternativas II e V são verdadeiras.
- c) Somente a alternativa II é verdadeira.
- d) As alternativas III e IV são verdadeiras.
- e) As alternativas II e V são verdadeiras.

55 - Um dos temas mais delicados da dogmática criminal é o Erro. Vejamos, a propósito, o seguinte exemplo da nossa jurisprudência: “Inspetor de quarterão que, supondo injusta agressão de multidão que fugindo da polícia corria em sua direção, saca revólver e atira para o alto projétil que vem acertar menor que se encontrava postado na sacada de apartamento, provocando a sua morte”. A hipótese ventilada merece ser equacionada no âmbito da figura:

- I - Do erro de tipo invencível.
- II - Do erro de tipo vencível.
- III - Das discriminantes putativas fáticas.
- IV - Do erro de proibição indireto.
- V - Do erro de proibição evitável.

- a) Apenas a alternativa I é verdadeira.
- b) Apenas a alternativa II é verdadeira.
- c) Apenas a alternativa III é verdadeira.
- d) Apenas a alternativa V é verdadeira.
- e) Apenas as alternativas II e III são verdadeiras.

56 - No trato de tema de intenso interesse prático, como é o caso dos crimes omissivos, a doutrina brasileira colaciona o seguinte exemplo: “dois irmãos, sem qualquer acordo prévio, estão nadando em águas profundas. Um deles, de repente, acometido de câimbras, começa a afogar-se. O outro nada faz para ajudá-lo. Ao avaliar um caso desta natureza, verifica-se que:

- I - Seria o irmão sobrevivente responsável pelo resultado morte.
- II - O irmão omitente deve ser responsabilizado somente por omissão de socorro.
- III - A simples relação de parentesco, nos termos do art. 13, § 2º, torna o agente garantidor.
- IV - A relação entre irmãos gera um vínculo social de proteção maior, mas não o torna garantidor.
- V - O irmão omitente cometeu homicídio qualificado.

- a) Apenas a alternativa I está correta.
- b) As alternativas II e IV estão corretas.
- c) Apenas a alternativa V está correta.
- d) As alternativas I, III e V estão corretas.
- e) As alternativas III e V estão corretas.

57 - A doutrina brasileira, em matéria de consentimento do ofendido, sinaliza para a existência de dois enfoques possíveis, no que concerne à função dogmática desempenhada pelo mencionado instituto, reportando-se ao cognominado “acordo” ou aquiescência em alguns casos, e simplesmente, ao consentimento em outras situações. Nessa linha de princípio, poderíamos afirmar:

- I - Que o acordo ou aquiescência ocorre quando o “consentimento” exclui a tipicidade, enquanto as demais situações são designadas apenas por consentimento do ofendido e excluem a ilicitude da conduta.
- II - Que o chamado acordo ou aquiescência exclui também a culpabilidade.
- III - O consentimento é, na sistemática brasileira, indubitavelmente, uma causa legal de exclusão da tipicidade.
- IV - O consentimento, em seu sentido amplo, é, na sistemática brasileira, uma causa supralegal de exclusão da tipicidade e da ilicitude, conforme o caso.
- V - O consentimento é, na sistemática brasileira, conforme o caso, uma causa supralegal de exclusão da culpabilidade.

- a) Apenas a alternativa I é verdadeira.
- b) Apenas a alternativa II é verdadeira.
- c) Apenas a alternativa III é verdadeiramente.
- d) As alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) A alternativa II e V são verdadeira.

58 - Com o advento da Lei 12.015/2009, seria correto afirmar:

- I - A prática da conjunção carnal seguida da prática de outros atos libidinosos não caracteriza, necessariamente, concurso material de crimes.
- II - A nova lei operou uma espécie de fusão de figuras penais anteriormente autônomas na antiga redação.
- III - A nova lei implicou algumas inovações benéficas para os acusados, devendo, por conseguinte, retroagir no particular.
- IV - A nova lei inovou sempre para prejudicar os acusados, não devendo, por conseguinte, retroagir.
- V - O estupro passou a ser uma figura bi-comum no que tange aos sujeitos, após a nova lei.

- a) Apenas a alternativa I é falsa.
- b) Apenas a alternativa II é falsa.
- c) Apenas alternativa III é falsa.
- d) Apenas a alternativa IV é falsa.
- e) Apenas a alternativa V é falsa.

59 - A nova redação do CP, decorrente da Lei 11.923/2009, no que pertine à “colaboração” da vítima, e de acordo com os comentadores do novo diploma legal, seria correto afirmar:

- I - No roubo, a colaboração da vítima é dispensável.
- II - No roubo, a colaboração da vítima é indispensável.
- III - Na extorsão, é indispensável.
- IV - Na extorsão mediante sequestro, é dispensável.
- V - Na extorsão mediante sequestro, é indispensável.

- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
- b) As alternativas II, III e IV são verdadeiras.
- c) Somente a alternativa III é falsa.
- d) As alternativas I, II e V são verdadeiras.
- e) As alternativas II, III e V são verdadeiras.

60 - A questão da *actio libera in causa* é um tema, ainda hoje, de grande repercussão dogmática, e cujo tratamento e solução relacionam-se modernamente com os princípios:

- a) Da coincidência e da igualdade.
- b) Da lesividade e culpabilidade.
- c) Da insignificância e ofensividade.
- d) Da culpabilidade e da insignificância.
- e) Da efetividade e subsidiariedade.

61 - Relacionar a parte geral com a parte especial do código penal é uma importante habilidade prática para um Promotor de Justiça. Levando isso em consideração, examinemos o exemplo a seguir: “Em determinado edifício, observa-se defeito contínuo nos elevadores, a ponto de o assessorista alertar o síndico para o problema, enfatizando que alguém ali ainda ficaria preso, obtendo, no entanto, como resposta de que tudo não passara de mera fantasia e que nada disso iria acontecer. Certo dia, um profissional liberal, que possui consultório no prédio, precisou trabalhar até mais tarde, vindo a deixar o serviço após 22h, quando no local apenas permanecia um vigia. Toma o elevador e este para no meio dos andares. Imediatamente, aciona o alarma e desperta o vigia. Este, contudo, apesar de sua boa vontade, não sabe como mover o elevador, nem como abrir suas portas. O profissional liberal pede-lhe, então que se comunique com o síndico pelo telefone da portaria, o que é feito. O síndico lhe diz, porém, que nada poderia fazer, que esperasse até o outro dia, de manhã, quando chegasse o assessorista, ademais, não poderia ir até ao local, porque estaria de saída para uma festa”.

Em relação a hipótese acima, seria correto afirmar:

- I - O síndico, como administrador do prédio, tem a responsabilidade pelas fontes de perigo nele existentes e, portanto, o dever de impedir os resultados que advierem do seu uso, como forma de ingerência.
- II - O síndico, embora administrador do prédio, não tem a responsabilidade pelas fontes de perigo nele existentes, e portanto, não possui o dever de impedir os resultados que advierem do seu uso.
- III - A conduta do síndico é atípica.
- IV - O síndico cometeu o crime de sequestro por omissão.
- V - Todas as alternativas acima são falsas.

- a) Somente a alternativa V é correta.
- b) As alternativas I e IV são corretas.
- c) As alternativas II e II são corretas.
- d) Somente a alternativa II é correta.
- e) Somente a alternativa III é correta.

62 - O artigo 17 do CP versa sobre crime impossível, que, no direito penal brasileiro, é tratado sob o amparo:

- a) Da teoria subjetiva pura, exigindo apenas a ineficácia absoluta do objeto.
- b) Da teoria da modalidade, exigindo a adequação da modalidade do meio empregada.
- c) Da teoria da moderação, exigindo a moderação no emprego dos meios.
- d) Da teoria objetiva pura, exigindo a ineficácia relativa dos meios e impropriedade absoluta do objeto.
- e) Da teoria objetiva temperada, exigindo a ineficácia absoluta dos meios ou impropriedade absoluta do objeto.

63 - Assinale a alternativa correta:

- a) A lei processual penal admite interpretação analógica.
- b) Na sucessão da lei processual penal no tempo, à fiança e à prisão preventiva aplicar-se-ão os dispositivos legais mais favoráveis ao réu.
- c) O princípio da *lex fori* admite alguma relativização no processo penal.
- d) Entre os órgãos judiciários característicos do Sistema Processual Misto ou Francês, inclui-se o Juizado de Instrução.
- e) Todas as alternativas acima estão corretas.

64 - Assinale qual a alternativa incorreta:

- a) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a participação de membro do Ministério Público na fase investigatória criminal não acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.
- b) A Comissão Parlamentar de Inquérito tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.
- c) É possível à Polícia Federal investigar um crime de extorsão mediante sequestro, quando praticado em razão da função pública exercida pela vítima.
- d) É possível obstar o prosseguimento do inquérito policial, utilizando-se do *habeas corpus*.
- e) O civilmente identificado não mais poderá ser submetido à identificação criminal.

65 - É incorreto afirmar-se que:

- a) A ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública tem previsão na Constituição Federal.
- b) No processo penal brasileiro, a ação penal *ex officio* é possível em um único caso.
- c) Quando se tratar de violência doméstica e familiar contra a mulher, nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida, só será admitida a renúncia ou a retratação da representação perante o Juiz de Direito, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.
- d) Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou à condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, a ação penal procede-se mediante representação do ofendido.
- e) A decisão que julga extinta a punibilidade não impede a propositura da ação civil *ex delicto*.

66 - Sobre a competência penal, assinale a alternativa correta:

- a) Compete ao foro local a recusa processar e julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos, salvo quando conhecido o lugar da emissão do título cambial.
- b) É competente para a ação penal no crime falimentar o Juiz de Direito criminal da jurisdição onde tenha sido homologado o plano de recuperação extrajudicial, ainda que outro tenha sido o lugar da consumação do delito.
- c) É competente para processar e julgar um Secretário de Estado da Bahia o Tribunal de Justiça, ainda que se trate de crime doloso contra a vida.
- d) O Tribunal de Justiça é competente para julgar um Prefeito nos crimes da competência da Justiça Comum Estadual, salvo no crime doloso contra a vida, quando então, prevalecerá a competência constitucional do Tribunal do Júri.
- e) A extinção do mandato do Prefeito impede a ação penal pela suposta prática dos crimes previstos no art. 1º do Decreto-lei nº 201/67, devendo, neste caso, ser observado o tipo penal previsto no Código Penal.

67 - Assinale a alternativa correta:

- a) Se a existência da infração penal depender da solução de controvérsia, que o Juiz de Direito repute séria e fundada, sobre o estado civil do réu, o procedimento penal poderá ser suspenso por determinação judicial.
- b) Ainda quando fundada em motivo superveniente, a exceção de suspeição no processo penal precederá a qualquer outra, sob pena de preclusão lógica.
- c) Se se verificar que a doença mental do acusado sobreveio à infração penal, deverá o Juiz de Direito dar prosseguimento ao feito e, ao final, comprovada a autoria e a materialidade do fato, aplicar medida de segurança.
- d) Segundo a Lei de Execução Penal, quando no curso da execução da pena privativa de liberdade, sobrevier doença mental ou perturbação da saúde mental, o Juiz de Direito não poderá substituir a pena por medida de segurança, determinando a suspensão do processo até que o condenado se restabeleça.
- e) No processo penal, o impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes.

68 - À luz do Código de Processo Penal, deve-se afirmar que:

- a) A prova testemunhal não pode suprir a falta do exame de corpo de delito, ainda que tenham desaparecidos os vestígios do crime.
- b) A confissão será indivisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do Juiz de Direito, fundado no exame das provas em conjunto.
- c) O ofendido não deve ser comunicado da sentença e respectivos acórdãos que a mantenham ou modifiquem.
- d) As pessoas proibidas de depor em razão da profissão, poderão fazê-lo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem dar o seu testemunho; neste caso, porém, não deverão prestar compromisso.
- e) Todas as afirmativas estão incorretas.

69 - Assinale a afirmação incorreta:

- a) No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- b) O réu preso deverá ser necessariamente citado pessoalmente, ainda que esteja custodiado em outra unidade da federação.
- c) Na hipótese de aplicação do art. 366 do Código de Processo Penal (réu revel citado por edital), o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada.
- d) Os jurados sorteados para a sessão do Tribunal do Júri poderão ser convocados pelo correio para comparecer no dia e hora designados para a reunião.
- e) Em caso de citação mediante carta rogatória, suspende-se o curso do prazo prescricional até o seu cumprimento.

70 - Sobre a prisão provisória, devemos afirmar que:

- a) Em caso de perseguição pela polícia, após a prisão em flagrante, deve o executor da medida providenciar a imediata remoção do preso, a fim de que seja lavrado o auto de prisão em flagrante pela autoridade policial do lugar onde se consumou o delito, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que foi praticado o último ato de execução.
- b) A prisão temporária poderá ser decretada, nos termos da lei, pelo Juiz de Direito, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou em face de representação da autoridade policial.
- c) É possível a decretação da prisão preventiva no crime culposos que envolve violência doméstica e familiar contra a mulher, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência, decretadas nos termos da lei específica.
- d) A apresentação espontânea do indiciado à autoridade policial impede a decretação da prisão preventiva nos casos em que a lei a autoriza.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores pode ser afirmada.

71 - Assinale a alternativa correta:

- a) O procedimento comum será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for 4(quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- b) O princípio da identidade física do Juiz não se aplica ao processo penal brasileiro.
- c) No procedimento sumaríssimo, não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz de Direito deverá encaminhar as respectivas peças ao juízo comum, onde deverá ser observado o procedimento sumário previsto no Código de Processo Penal.
- d) Se o Delegado de Polícia tiver conhecimento de fato que, embora não constituindo infração penal, possa determinar a aplicação de medida de segurança, deverá instaurar inquérito policial, a fim de apurá-lo e averiguar todos os elementos que possam interessar à verificação da periculosidade do agente.
- e) O jurado excluído por impedimento, suspeição ou incompatibilidade não será considerado para a constituição do número legal exigível para a realização da sessão.

72 - É incorreto afirmar que:

- a) No caso da *mutatio libelli*, só haverá necessidade de aditamento da peça acusatória se houver possibilidade de nova definição jurídica que importe aplicação de pena mais grave.
- b) Trata-se de uma sentença subjetivamente complexa a decisão proferida pelo Juiz de Direito no procedimento do Júri, depois de proferido o veredicto.
- c) Segundo dispõe o Código de Processo Penal, a falta de intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública deve ser arguida em tempo oportuno, sob pena de ser considerada sanada.
- d) "*Não será declarada a nulidade de ato processual que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa*": tal dispositivo legal traduz o que a doutrina denomina de Princípio da Irrelevância do Ato.
- e) É nula a decisão do Tribunal que acolhe, contra o réu, nulidade não arguida no recurso do Ministério Público, ressalvada a hipótese do reexame necessário.

73 - Assinale a alternativa incorreta:

- a) Cabe reexame necessário da decisão que concede a reabilitação.
- b) O acórdão que provê o recurso em sentido estrito contra o não recebimento da peça acusatória vale, desde logo, pelo recebimento dela, salvo quando nula a decisão de primeiro grau.
- c) É de 15(quinze) dias, contados da data da publicação definitiva da lista de jurados, o prazo para interpor recurso em sentido estrito, contra decisão que incluir jurado na lista geral ou desta o excluir.
- d) Em relação aos crimes previstos no Código de Trânsito Brasileiro, caberá recurso em sentido estrito, sem efeito suspensivo, contra a decisão cautelar que decretar a suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor.
- e) No procedimento sumaríssimo, quando opostos contra a sentença, os embargos de declaração suspenderão o prazo para outro recurso.

74 - Está incorreta a seguinte afirmação:

- a) É possível a revisão criminal para desconstituir sentença absolutória imprópria.
- b) Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- c) Admite-se a dilação probatória no processo de revisão criminal.
- d) Compete ao Juízo das Execuções Penais do Estado a execução das penas impostas a sentenciados pela Justiça Comum Federal, ainda quando recolhidos a estabelecimentos sujeitos à administração federal.
- e) Não tem efeito suspensivo o agravo interposto contra decisão proferida pelo Juiz de Direito da Vara de Execução Penal; neste caso, é de 5(cinco) dias o prazo para interposição do recurso.

75 - Assinale a alternativa correta:

- a) O exercício da ação penal pela prática do crime de abuso de autoridade depende de representação do ofendido.
- b) Por força do que dispõe a lei pertinente, o Juiz não pode, de ofício, determinar a interceptação de comunicação telefônica.
- c) O crime de injúria tipificado no Código Eleitoral é de ação penal de iniciativa privada, salvo quando se tratar de ofensa à dignidade ou ao decoro de funcionário público, em razão de suas funções.
- d) No procedimento penal previsto na Lei de Drogas, a defesa prévia deverá ser oferecida após a citação pessoal do acusado.
- e) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

76 - Segundo a Lei Federal nº 9.394/96 (LDB), marque a alternativa correta:

- a) A educação física e a educação religiosa, apesar de serem componentes curriculares obrigatórios da educação básica e práticas facultativas para todos os alunos, independentemente de condições, devem atentar, respectivamente, para a promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais e para o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil.
- b) O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.
- c) Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir do terceiro ano, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.
- d) Por ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, o ensino é livre à iniciativa privada, sem necessidade de autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público.
- e) A educação superior, excluídos os cursos e programas de especialização, mestrado e doutorado, integra a educação básica, posto que tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

77 - Marque a alternativa incorreta a respeito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb):

- a) Não há vedação legal para o direcionamento dos eventuais saldos de recursos financeiros disponíveis na conta específica do FUNDEB para aplicações financeiras de curto prazo ou de mercado aberto, lastreadas em títulos da dívida pública, quando a perspectiva de utilização seja superior a 15(quinze) dias.
- b) Pelo menos 60%(sessenta por cento) dos recursos anuais totais do FUNDEB devem ser destinados ao pagamento dos profissionais do magistério em efetivo exercício da educação básica pública.
- c) Despesas com aquisição de gêneros alimentícios, a serem utilizados na merenda escolar, não podem ser custeadas com recursos do FUNDEB.
- d) O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, em âmbito municipal, é composto pelo número mínimo de nove membros e pode ser presidido por estudante da educação básica pública, desde que emancipado e eleito em reunião desse colegiado pelos demais conselheiros.
- e) O Presidente do Conselho de Acompanhamento e Controle do Fundeb pode convocar o Secretário de Educação competente ou servidor equivalente para prestar esclarecimentos acerca do fluxo de recursos e a execução das despesas do Fundo, devendo a autoridade convocada apresentar-se em prazo não superior a 30(trinta) dias.

78 - Analise as assertivas abaixo, conforme as disposições da Lei nº 8.265/93

- I - Os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiarem, remetendo seus relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- II - A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que as integram serão efetuadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Conselho Superior do Ministério Público.
- III - Compete ao Procurador-Geral de Justiça representar aos Tribunais locais por, inconstitucionalidade de leis ou atos normativos federais, em face da Constituição Federal.
- IV - A Comissão de Concurso de ingresso na carreira, órgão auxiliar de natureza transitória, a quem incumbe realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, tem seus membros eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica.
- V - Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos 15 (quinze) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado, para exercício do mandato.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I - III - V.
- b) II - IV - V.
- c) I - II - IV.
- d) III - IV - V.
- e) I - IV - V.

79 - Marque a alternativa correta dentre as assertivas abaixo:

- a) O Procurador-Geral de Justiça pode designar outro Promotor para funcionar em feito determinado, independentemente da concordância de seu Promotor de Justiça titular, desde que assim deliberado por iniciativa de um quarto dos integrantes do Colégio de Procuradores, ou mediante requerimento de legítimo interessado.
- b) A Procuradoria-Geral de Justiça, as Procuradorias de Justiça, o Conselho Superior do Ministério Público e a Corregedoria-Geral do Ministério Público são órgãos da Administração Superior do Ministério Público.
- c) Os Centros de Apoio Operacional são órgãos de execução do Ministério Público, destinados a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.
- d) São exceções constitucionais à autonomia administrativa dos Ministérios Públicos dos Estados a nomeação do Procurador-Geral de Justiça pelo Chefe do Poder Executivo Estadual e sua destituição por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- e) Em caso de extinção do órgão de execução da Comarca, ou mudança da sede da Promotoria de Justiça, será facultado ao Promotor de Justiça remover-se para outra Promotoria de igual entrância ou categoria, ou obter a disponibilidade com subsídios proporcionais ao tempo de serviço, enquanto não for promovido.

80 - Constitui garantia constitucional dos membros do Ministério Público:

- a) A vitaliciedade, após 5(cinco) anos de exercício.
- b) A inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.
- c) A perda do cargo somente por decisão administrativa de que não caiba mais recurso.
- d) Usar as vestes talares e as insígnias privativas do Ministério Público.
- e) Tomar assento à direita dos Juizes de primeira instância, ou do Presidente do Tribunal, Câmara ou Turma.

81 - Analise as seguintes assertivas, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90):

- I - Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante ou à mãe que manifeste interesse em entregar seus filhos para adoção.
- II - Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência, em um dos turnos, de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- III - A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2(dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária, que deverá receber relatórios elaborados por equipe interprofissional ou multidisciplinar da situação do abrigado, no máximo, a cada 6(seis) meses.
- IV - O descumprimento injustificado dos deveres de sustento, guarda e educação dos filhos menores e de determinações judiciais, no interesse destes, pode ser causa de perda do poder familiar, a ser decretada judicialmente, em procedimento contraditório.
- V - A colocação em família substituta, nacional ou estrangeira far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, levando-se em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade e, no caso de grupos de irmãos, a manutenção dos vínculos fraternais.

Estão corretas as assertivas:

- a) I, II e III.
- b) II, III e IV.
- c) II, IV e V.
- d) I, III e IV.
- e) II, IV e V.

82 - Marque a alternativa correta:

- a) Os programas de acolhimento institucional e de acolhimento familiar são revestidos de caráter temporário e excepcional, sendo que o primeiro terá preferência sobre o segundo, para a inclusão da criança ou adolescente.
- b) O deferimento da guarda pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar, e implica necessariamente o dever de tutela.
- c) A criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, como órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária, é uma das diretrizes da política de atendimento prevista na Lei nº 8.069/90.
- d) O prenome do adotado não pode ser modificado, a pedido do adotante, pela sentença que constitui o vínculo da adoção.
- e) Um adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior, mediante autorização expressa de ambos os pais, em documento com firma reconhecida.

83 - Marque a alternativa incorreta:

- a) O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo.
- b) Um dos princípios que regem a aplicação das medidas específicas de proteção à criança e ao adolescente é o da intervenção precoce, que consiste na intervenção das autoridades competentes, logo que a situação de perigo seja conhecida.
- c) Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.
- d) A Lei 8.069/90 autoriza a permanência de adolescente em repartição policial pelo prazo de 5(cinco) dias, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, enquanto não se opera sua transferência, para fins de cumprimento de medida de internação.
- e) Nos casos de ato infracional, a competência será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável e, à falta destes, pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

84 - Considere as assertivas abaixo:

- I - A prioridade assegurada na tramitação dos processos e procedimentos, e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60(sessenta) anos, em qualquer instância não cessa com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor dos descendentes.
- II - A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação de civil pública destinada à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- III - Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo, para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.
- IV - As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.
- V - Os alunos portadores de deficiência que perceberem 1(um) salário mínimo de benefício mensal, pago com base na Lei nº 8.742/91 (Lei Orgânica de Assistência Social), não serão beneficiados com material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo, conferidos aos demais educandos.

Estão corretas as seguintes assertivas:

- a) I - II - III.
- b) II - IV - V.
- c) III - IV - V.
- d) II - III - IV.
- e) I - III - V.

85 - Marque a alternativa incorreta:

- a) No sistema de transporte coletivo interestadual, para ter acesso às vagas gratuitas reservadas por veículo, em atendimento à Lei nº 10.741/03 (Estatuto do Idoso), basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.
- b) A Ordem dos Advogados do Brasil tem legitimidade para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos em favor de idosos.
- c) Desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo, constitui crime apenado com reclusão de 6(seis) meses a 1(um) ano e multa.
- d) O idoso tem direito a descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
- e) Compete ao Ministério Público officiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco.

86 - Em relação a Ação Civil Pública (ACP), identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - Na ACP para defesa dos direitos difusos, a sentença fará coisa julgada *erga omnes*, sendo restrita sua abrangência, entretanto, aos limites do órgão prolator da sentença ou da liminar.
- II - A Defensoria Pública tem legitimidade para ajuizar ACPs em matéria ambiental, sempre que se configurar hipossuficiência econômica do grupo lesado ou ameaçado. Nestes casos o Ministério Público poderá ingressar como litisconsorte ativo ulterior ou atuar como *custus jûris*.
- III - Na ACP, a conversão da prestação de fazer ou não-fazer em indenização pecuniária somente se dará se por ela optar o Ministério Público, ou se impossível a tutela específica ou medida compensatória equivalente.
- IV - A decretação incidental de inconstitucionalidade de lei em ACPs é obrigatória quando a lei determinar práticas em descompasso com a Constituição, pois não é correto, do ponto de vista técnico, deixar de observar a existência de lei presumidamente válida, até a decretação de sua inconstitucionalidade.
- V - Na ACP proposta pelo Ministério Público, é necessária a intervenção de outro representante da instituição, como fiscal da lei.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) V V V V V.
- b) F F F V V.
- c) F V F V F.
- d) V V F V F.
- e) V F F F V

87 - Em relação a Ação Civil Pública (ACP), identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeira e falsas.

- I - A execução da sentença da ACP proposta pelo Ministério Público, pode ser feita por outros co-legitimados para esta ação.
- II - Nas ACPs para a defesa de qualquer direito difuso, aplicam-se, no que for cabível, as normas previstas no Título III do CDC, que trata da defesa do consumidor em juízo.
- III - Os co-legitimados para propositura da ACP estão isentos das despesas relativas ao pagamento de honorários periciais e quaisquer outras despesas.
- IV - As normas da Lei da ACP, as normas da Lei da Ação Popular, do Mandado de Segurança Coletiva, do Estatuto da Criança e Adolescente, do Estatuto do Idoso e da Lei de Improbidade Administrativa formam um microsistema de tutela coletiva com lógica e princípios próprios que, como tal, se interpretam e subsidiam. A aplicação do Código de Processo Civil será apenas residual.
- V - Ajuizada ACP atinente à macrolide geradora de processos individuais *multitudinários*, o Tribunal de ofício pode, segundo entendimento do STJ, determinar a sustação das ações individuais, no aguardo do julgamento da ação coletiva.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) F V F V V.
- b) V V F V V.
- c) F F V F F.
- d) V V F V V.
- e) V F V F F.

88 - Sobre a ação civil pública e o inquérito civil, é correto afirmar que:

- a) O requisito da pré-constituição, há pelo menos 1(um) ano, nos termos da lei civil, exigido para a legitimidade de associação para propor a ação principal e a ação cautelar, poderá ser dispensado pelo juiz, quando haja manifesto interesse social evidenciado pela dimensão ou característica do dano, ou pela relevância do bem jurídico a ser protegido.
- b) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, a titularidade ativa somente pode ser assumida pelo Ministério Público.
- c) Cabe recurso administrativo do indeferimento de pedido de instauração de inquérito civil, a ser protocolado, no prazo de 15(quinze) dias, junto ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.
- d) Em caso de improcedência da ação, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos.
- e) A falta ao trabalho, decorrente de atendimento à notificação ou requisição expedida pelo Ministério Público para instrução de inquéritos civis ou procedimentos administrativos, autoriza desconto de vencimentos ou salário.

89 - Em relação ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - A realização ou não de TAC no Inquérito Civil reveste-se de discricionariedade do Ministério Público.
- II - O objetivo do TAC é readequar a conduta do degradador ou potencial degradador ao ordenamento jurídico vigente, a fim de afastar o risco ambiental intolerável e/ou reparar o dano ambiental.
- III - No exercício regular de suas funções, os membros do Ministério Público responderão pelos danos decorrentes de sua ação na tomada do Termo de Ajustamento de Conduta.
- IV - Na instrução do Inquérito Civil, o Ministério Público pode requisitar documentos e informações de quaisquer autoridades e/ou organismos particulares, à exceção dos casos de sigilo.
- V - A eficácia do TAC está condicionada à homologação do arquivamento do inquérito civil pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme previsão expressa da Resolução nº 23/07, do Conselho Nacional do Ministério Público.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) V V F F F.
- b) F F F V V.
- c) V V F V V.
- d) V F V F V.
- e) F F V F V.

90 - Em relação ao Inquérito Civil e o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - O Inquérito Civil constitucionalizado é mero procedimento administrativo de cunho inquisitorial, sem imposição de contraditório ou exigência de participação obrigatória do investigado.
- II - O Inquérito Civil é instrumento de investigação conferido aos co-legitimados para propositura da Ação Civil Pública, configurando-se forte instrumento da tutela coletiva.
- III - O TAC firmado pelo Ministério Público, que passou pelo crivo do Conselho Superior da instituição, ficará sujeito à imutabilidade.
- IV - A subscrição do TAC irradia efeitos *erga omnes e intra-partes*.
- V - O TAC preliminar pode ter como objeto a obtenção de meios que viabilizem a continuidade das investigações ou obter parcialmente as medidas necessárias para o resguardo do bem jurídico ambiental tutelado.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) V V F F V.
- b) F F V F V.
- c) F V F V F.
- d) V F F F V.
- e) V V V V V.

91 - Sobre o inquérito civil e sua regulamentação pela Resolução nº 23/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, não é correto afirmar que:

- a) Durante a condução de um inquérito civil, o membro do Ministério Público que o está presidindo pode aditar a portaria ou determinar a extração de cópias para a instauração de outro inquérito civil, se novos fatos indicarem a necessidade de investigação de objeto diverso do que está sendo investigado.
- b) O Procurador-Geral de Justiça não pode deixar de dar encaminhamento a notificações e requisições do membro do Ministério Público endereçadas a Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, sob nenhum pretexto.
- c) Mesmo tendo o Conselho Nacional do Ministério Público normatizado, através da Resolução nº 23/2007, o prazo do inquérito civil, cada Ministério Público pode, no âmbito de sua competência administrativa, estabelecer prazo inferior ou limitar a prorrogação mediante ato administrativo do Órgão da Administração Superior competente.
- d) O desarquivamento do inquérito civil, diante de novas provas ou para investigar fato novo relevante só pode ocorrer dentro do prazo de seis meses após o arquivamento.
- e) No caso de ausência de recurso administrativo ao indeferimento de pedido para instauração de inquérito civil, os autos serão arquivados na origem, sem apreciação pelo Conselho Superior do Ministério Público ou pela Câmara de Coordenação e Revisão respectiva.

92 - Identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - O princípio da proibição do retrocesso ecológico limita a discricionariedade do legislador a só legislar progressivamente, com o fito de não diminuir ou mitigar o direito fundamental ao Meio Ambiente.
- II - O princípio da participação social retroalimenta a cidadania ambiental e materializa-se, por exemplo, em audiências públicas e composição de conselhos, tendo nessas oportunidades poder deliberativo.
- III - A tutela precaucional é marcada pela moderação, sendo passível de revisão, quando os conhecimentos científicos evoluírem, e sujeita ao critério da proporcionalidade, devendo primar pela menor intervenção necessária.
- IV - O princípio do poluidor-pagador visa à internalização das externalidades ambientais negativas e positivas e absorve em sua moldura o princípio do usuário-pagador. Sua relevância consiste em impedir a socialização dos custos ambientais.
- V - O princípio do mínimo existencial ecológico postula que, por trás da garantia constitucional do mínimo existencial, subjaz a idéia de que a dignidade humana está intrinsecamente relacionada à qualidade ambiental. Ao conferir dimensão ecológica ao núcleo normativo, assenta premissa de que não existe patamar mínimo de bem-estar sem respeito ao direito fundamental do meio ambiente sadio.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) F F V V F.
- b) V F V F V.
- c) F V F F V.
- d) V V F V F.
- e) V V V V V.

93 - Identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - No dano ambiental coletivo há violação ao equilíbrio ecológico e/ou ambiental, que por “ricochete”, poderá gerar danos a interesses individuais, com ofensa à saúde e/ou patrimônio.
- II - O bem jurídico atingido com o dano ecológico ao ambiente natural é o macrobem ambiental, bem de uso comum do povo, unitário, indivisível, invisível e indisponível.
- III - Segundo entendimento doutrinário majoritário, os danos ambientais são imprescritíveis. Já os danos individuais ambientais e os individuais homogêneos prescrevem em 5(cinco) anos.
- IV - O dano moral coletivo ambiental tem como pressuposto o reconhecimento do direito de personalidade coletiva; é dano autônomo, tem bem jurídico próprio, diferente do equilíbrio ecológico e/ou ambiental.
- V - Sempre que ocorrer dano individual ambiental, terá ocorrido dano ambiental coletivo patrimonial e também na hipótese inversa.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) V V F V F.
- b) F F F V V.
- c) F V F V F.
- d) V F F F V.
- e) V V V V V.

94 - Identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - Construção de aterro sanitário Municipal em área de preservação permanente, sem licença ambiental, é passível de autuação administrativa pelo Estado. Se a obra fosse Estadual, o Município também poderia aplicar sanções administrativas ambientais ao Estado.
- II - As infrações administrativas ambientais estão consignadas na Lei de Crimes Ambientais, no Decreto Federal nº 6.514/2008, e poderão decorrer, também, da inobservância de outras normas Federais, Estaduais ou Municipais, bem como de condicionantes das licenças ambientais.
- III - A exploração de arenoso sem licença ambiental e demais autorizações, com desconhecimento do proprietário, não enseja sua responsabilidade administrativa ambiental.
- IV - A fixação de multa administrativa ambiental pelo Município prevalece sobre a fixada pela IBAMA, na mesma hipótese de incidência.
- V - O fato da empresa haver comunicado às autoridades ambientais o dano ambiental e firmado TAC com o Ministério Público, para restauração ecológica e medidas compensatórias, suspende a exigibilidade da multa administrativa aplicada.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) V V F F F.
- b) F V F V F.
- c) V V F V F.
- d) V F V F V.
- e) F F V F V.

95 - Identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - A confissão dos proprietários quanto à inexistência de reserva legal de 20% de imóvel rural, com comprovação da aquisição do mesmo com esse passivo ambiental, não os isenta de responsabilidade civil, administrativa e penal, por ser obrigação *propter rem*.
- II - Os bancos financiadores de atividades potencialmente poluidoras poderão ser responsabilizados civilmente pela reparação de danos ambientais daí advindos.
- III - Eventos praticados em praia, por empresas privadas, provocando poluição sonora, constatada a omissão na fiscalização, ensejarão, consoante entendimento do STJ, a responsabilidade civil objetiva do Município.
- IV - Ocorrendo vazamento de tanque subterrâneo de combustível com mais de 30 anos em posto de gasolina, o Ministério Público poderá demandar por responsabilidade civil ambiental, aleatoriamente, a sua escolha, o dono do posto ou a distribuidora de combustível proprietária do tanque, ou ambos.
- V - O lançamento de substância tóxica na atmosfera por várias empresas, não sendo possível determinar a contribuição de cada uma delas para o resultado danoso, leva a responsabilização civil ambiental da empresa com maior participação no mercado, consoante sistema de causalidade alternativa adotado pelo STJ.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) V V F F F.
- b) V V F V F.
- c) F V F V V.
- d) V F V F V.
- e) F V F V F.

96 - Identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - Os tipos penais “em branco” ambientais mitigam o princípio da reserva legal, já que são complementados por normas de outros ramos do direito, inclusive de hierarquia distintas.
- II - Consoante texto constitucional os Estados federados têm competência legislativa plena em matéria ambiental, quando não houver legislação federal a respeito. Sobrevindo esta, a legislação estadual correspondente ficará revogada.
- III - O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA integra o SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente, tendo competência para editar resoluções regulamentando o licenciamento ambiental, com força de decreto executivo federal.
- IV - O Direito ao Meio Ambiente está expresso no rol dos direitos fundamentais consagrados no art. 5º da Constituição Federal, consistindo em cláusula pétreia, diretamente aplicável, que vincula o Poder Público e organismos privados.
- V - A responsabilidade penal da pessoa jurídica por crime ambiental exige, dentre seus requisitos, que o crime tenha sido praticado em benefício da mesma, que conte com o poderio e infra-estrutura respectivos, e que a decisão do cometimento da infração tenha ocorrido por seu representante legal ou órgão colegiado.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) F F V V F.
- b) V F V F V.
- c) F V F F V.
- d) V V F V F.
- e) V V V V V.

97 - Identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - Costureira que adquire máquina de bordar para fins de trabalho, tendo como fornecedor empresa especializada, havendo cláusulas abusivas no contrato de compra e venda pode suscitar aplicação das normas contidas no Código de Defesa do Consumidor.
- II - Segundo o Código de Defesa do Consumidor, para aplicação da desconsideração da pessoa jurídica basta a demonstração da insolvência para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência do desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.
- III - O fato do fornecedor, mediante correspondências e anúncios publicitários, comunicar o vício no produto, para possibilitar o conserto (recall), é excludente de responsabilidade civil pertinente aos consumidores que não atenderam ao chamado, apesar de cientificados.
- IV - A publicidade deve ser veiculada de maneira que o consumidor a identifique, imediatamente, como uma mensagem publicitária, já que é vedada a publicidade clandestina, dissimulada e/ou subliminar.
- V - Para a devolução em dobro, nas hipóteses de repetição de indébito de tarifa de serviços públicos, é necessária a demonstração da má-fé e culpa da concessionária, já que é indevida nas hipóteses de “engano justificado”.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) F F V V F.
- b) V V F V V.
- c) F V F F V.
- d) V V F V F.
- e) V V V V V.

98 - Identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - O STJ tem entendido que não cabe dano moral pela inscrição em cadastro de proteção de crédito sem a comunicação escrita ao consumidor, se preexistem inscrições anteriores e a dívida é devida.
- II - Em regra, a nulidade de uma cláusula contratual abusiva torna nulo o contrato em razão da ofensa ao princípio da boa-fé que orienta as relações de consumo.
- III - O consumidor pode desistir de qualquer compra, desde que proceda à desistência no prazo de 7(sete) dias, contados da assinatura do contrato ou do recebimento do produto.
- IV - Consoante entendimento pacífico do STJ, o Juiz poderá, nas relações de consumo, apreciar de ofício a inversão do ônus da prova, desconsideração da personalidade jurídica e declarar nulidade de cláusulas abusivas.
- V - Havendo vício do produto ou serviço não sanado no prazo de 30(trinta) dias, pode o consumidor exigir alternativamente, com livre escolha, a substituição do produto por outro da mesma espécie, ou a restituição da quantia paga, sem prejuízos de eventuais perdas e danos.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) V V F F V.
- b) F F V F V.
- c) F V F V F.
- d) V F F F V.
- e) V V V V V.

99 - Identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - Adquirindo o consumidor um automóvel novo no mercado de consumo, via internet, poderá exercer seu direito de arrependimento no prazo de 7(sete) dias.
- II - É a partir do sistema de remuneração que se define a natureza jurídica do serviço público como relação do consumo que se caracteriza quando ocorrer pagamento de tarifa ou preço público.
- III - A onerosidade excessiva enseja modificação dos contratos, e dependerá da ocorrência de fato superveniente e imprevisível, conforme inciso V do art. 6º do CDC e entendimento do STJ.
- IV - A contrapropaganda é forma de reparação para propaganda enganosa ou abusiva, cumulativamente com a indenização pecuniária, comprovado o prejuízo.
- V - O corte de serviço público de energia elétrica por débitos pretéritos configura constrangimento, ou ameaça, vedado pelo Código de Defesa do Consumidor.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) F V F V V.
- b) V V F V V.
- c) F F V F F.
- d) V V F F V.
- e) V F V F F.

100 - Identifique com V ou F, conforme o caso, as afirmativas verdadeiras e falsas.

- I - A direção do SUS, em cada esfera de governo, é composta pelo órgão setorial do Poder Executivo e pelo respectivo Conselho de Saúde, nos termos das Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90.
- II - Os Conselhos de Saúde são órgãos de controle do Sistema Único de Saúde pela sociedade, nos níveis municipal, estadual e federal, criados para permitir que a população possa interferir na gestão da saúde, defendendo os interesses da coletividade, para que sejam estes atendidos pelas ações governamentais.
- III - A municipalização da saúde, estabelecida pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Federal nº 8.080/90, compreende: a) a habilitação dos Municípios para assumir a responsabilidade parcial pela gestão do sistema de saúde em seu território (Sistema de Gestão Plena, anterior à criação do Pacto pela Saúde, firmado em 2006); b) a centralização da gerência das ações e serviços de saúde para os Municípios.
- IV - A Carta Magna não prevê que a execução do serviço de saúde deva ser diretamente feita pelo Estado, ainda que mantido o dever de prestá-lo.
- V - A Constituição Federal dispõe que a assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

A alternativa que contém a seqüência correta, de cima para baixo, é a:

- a) V V F F V.
- b) V V V V F.
- c) F V F V F.
- d) V F F F V.
- e) V V F V V.